

<https://amazoniareal.com.br/o-pl-para-liberar-mais-desmatamento-no-mato-grosso/>



# O PL para liberar mais desmatamento no Mato Grosso



Por **Amazônia Real** Publicado em: 21/09/2022 às 12:56



**Ricardo da Silva Ribeiro, Ricardo Eduardo Vicente, Solange Arrolho e Philip M. Fearnside**

Em 16 de setembro foi publicada na prestigiosa revista *Die Erde* (“A Terra”, em Alemão) a versão em inglês do seguinte texto sobre uma proposta de lei (PL) para retirar o estado de Mato Grosso da Amazônia Legal ([disponível aqui](#)). *Die Erde* é publicada (sob diferentes nomes) pela Sociedade Geográfica de Berlim desde 1828, e é uma das revistas profissionais mais antigas do mundo. Leia a seguir a versão em português:

O estado de Mato Grosso faz parte da região da Amazônia Legal brasileira onde o desmatamento é limitado por uma exigência do Código Florestal do país, que especifica que 80% de cada propriedade deve ser mantida em vegetação nativa em áreas que eram originalmente Floresta Amazônica e 35% em áreas originalmente de Cerrado. Um novo projeto de lei (PL 377/2022), que avança rapidamente no Congresso Nacional, retiraria Mato Grosso da Amazônia Legal, reduzindo essa exigência para 20% em ambos os casos.

Os poderosos interesses do agronegócio do Brasil estão se movendo para escapar das restrições de desmatamento no estado-chave da Amazônia de Mato Grosso. Este estado, que tem mais de duas vezes a área do estado norte-americano da Califórnia, tem sido palco de rápida destruição tanto da floresta amazônica quanto do Cerrado, cada um dos quais originalmente cobria cerca de metade do estado [1]. Como parte da região da Amazônia Legal, Mato Grosso ganha certas vantagens fiscais, mas também está sujeito a maiores limitações ao desmatamento do que áreas fora dessa região. Está tramitando no Congresso Nacional um novo projeto de lei (PL 377/2022) [2] que retiraria o Mato Grosso da Amazônia Legal. Este e outros projetos de lei prejudiciais surgiram desde que o controle de ambas as casas do Congresso foi capturado pela coalizão de partidos políticos que apoia a agenda anti-ambiental do presidente Jair Bolsonaro [3].

O Código Florestal de 2012 do Brasil (Capítulo 4, Seção 1, Artigo 12) especifica que o percentual de cada propriedade que deve ser mantido em uma “reserva legal” de vegetação nativa na região da Amazônia Legal é de 80% se a vegetação original no local for floresta, e 35% se for

Cerrado [4]. Para áreas fora da Amazônia Legal, apenas 20% devem ser mantidos como reserva legal tanto nas áreas de floresta quanto de Cerrado. Obviamente, a mudança proposta permitiria que uma vasta área fosse legalmente desmatada. Entre outros impactos, as emissões de carbono desse desmatamento prejudicariam ainda mais as promessas do Brasil sob a Convenção do Clima.

Ironicamente, o argumento que o projeto de lei usa para justificar essa grande redução na proteção ambiental é que o cultivo dessa área é necessário para alimentar os famintos no Brasil e no mundo. Isso é patentemente falso em ambos os casos. O Brasil é o maior exportador mundial de soja e carne bovina, o que significa que o país produz muito mais dessas commodities do que a população consome e cada hectare adicional desmatado para produzi-las é para exportação em vez de ser para alimentar o Brasil. Os alimentos básicos são produzidos pela agricultura familiar em pequenas propriedades, ao invés das grandes fazendas de pecuária e plantações de soja que predominam em Mato Grosso [5]. O problema da fome no mundo não é de abastecimento global, mas é quase inteiramente o resultado da pobreza que impede os pobres de comprar os alimentos disponíveis ou da distribuição de impedimentos como os causados por conflitos [6]. A soja e a carne bovina pelas quais Mato Grosso é famoso são especialmente irrelevantes para a dieta da maioria dos famintos do mundo.

A contínua erosão das proteções ambientais no Brasil é uma preocupação global devido aos serviços ambientais que a Floresta Amazônica presta tanto ao Brasil quanto ao resto do mundo [7]. A notável sensibilidade dos líderes políticos do Brasil a quaisquer condições ambientais impostas às importações de commodities agrícolas do país torna essa a forma mais eficaz de influência nas políticas que implicam em aumento do desmatamento [8].[9]

*A imagem acima é de autoria de Alberto César Araújo e mostra vasta área degradada pelo agronegócio em Mato Grosso (Foto:Alberto César Araújo/Amazônia Real).*

## Notas

[1] Costa, F.A., M. Schmink, S. Hecht, E.D. Assad, D.H. Bebbington, E.S. Brondizio, P.M. Fearnside, R. Garrett, S. Heilpern, D. McGrath, G. Oliveira & H.S. Pereira 2021. Complex, diverse and changing agribusiness and livelihood systems in the Amazon. Capítulo 15 In: C Nobre, A. Encalada et al. (eds.) [Amazon Assessment Report 2021](#). Science Panel for the Amazon (SPA). United Nations Sustainable Development Solutions Network, New York, E.U.A. Part II, p. 78-137.

[2] Câmara dos Deputados 2022. [Projeto de Lei PL 337/2022](#).

[3] Ferrante, L. & P.M. Fearnside 2021. [Brazil's political upset threatens Amazonia](#). *Science* 371: 898-899.

[4] Brasil, PR (Presidência da República) 2012. [Código Florestal](#). Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012.

[5] Hecht, S., M. Schmink, R. Abers, E. Assad, D.H. Bebbington, E. Brondizio, F. Costa, A.M.D. Calisto, P.M. Fearnside, R. Garrett, S. Heilpern, D. McGrath, G. Oliveira, H. Pereira & M. Pinedo-Vazquez 2021. Amazonia in Motion: Changing politics, development strategies, peoples, landscapes and livelihoods. Capítulo 14 In: C. Nobre, A. Encalada et al. (eds.) [Amazon Assessment Report 2021](#). Science Panel for the Amazon (SPA). United Nations Sustainable Development Solutions Network, New York, E.U.A., Part II, p. 13-77.

[6] Action against Hunger 2022. [World hunger: Key facts and statistics 2021](#).

[7] Fearnside, P.M. 2008. [Amazon forest maintenance as a source of environmental services](#). *Anais da Academia Brasileira de Ciências* 80(1): 101-114.

[8] Kehoe, L., T. Reis, M. Virah-Sawmy, A. Balmford, T. Kuemmerle & 604 signatários. 2019. [Make EU trade with Brazil sustainable](#). *Science* 364: 341.

[9] As pesquisas do PMF são financiadas pelo Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq 312450/2021-4), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas-FAPEAM (01.02.016301.00289/2021) e a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (FINEP/Rede Clima 01.13.0353-00). Esta é uma tradução de Ribeiro, R.S., R.E. Vicente, S. Arrolho & P.M. Fearnside. 2022. [Amazon deforestation restrictions likely to be circumvented](#). *Die Erde* 153(3)

### **Sobre os autores**

**Ricardo da Silva Ribeiro** é graduado em licenciatura e bacharelado em ciências biológicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT/Campus Alta Floresta. Atualmente é mestrando em botânica pela Universidade de São Paulo (USP). Seus estudos são focados em padronização de bancos de dados biológicos, lacunas espaciais de biodiversidade, identificação de áreas prioritárias para conservação, e elaboração de floras e sinopses taxonômicas.

**Ricardo Eduardo Vicente** tem graduação em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e mestrado e doutorado em ecologia e conservação da biodiversidade pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Atualmente participa do Programa de Capacitação Institucional do Instituto Nacional da Mata Atlântica (PCI/INMA) em Santa Teresa, ES, onde desenvolva pesquisas com formigas dos ecossistemas rupícolas da Mata Atlântica.

**Solange Aparecida Arrolho da Silva** tem Graduação em licenciatura plena em ciências biológicas pela Universidade Federal de Mato Grosso,

mestrado em ecologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e doutorado em aquicultura pela UNESP – Centro de Aquicultura da Unesp. É professora titular da Universidade do Estado de Mato Grosso, campus Alta Floresta, atuando na área de ecologia. Desenvolve pesquisas sobre ictiofauna e recursos hídricos, atuando na avaliação e recuperação ambiental na Amazônia.

**Philip Martin Fearnside** é doutor pelo Departamento de Ecologia e Biologia Evolucionária da Universidade de Michigan (EUA) e pesquisador titular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em Manaus (AM), onde vive desde 1978. É membro da Academia Brasileira de Ciências. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC), em 2007. Tem mais de 750 publicações científicas e mais de 650 textos de divulgação a que estão disponíveis [aqui](#).